

OS DILEMAS DA DEPENDÊNCIA E SEUS DESDOBRAMENTOS NO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO LATINO-AMERICANA¹

*Karina Fernandes de Oliveira*²

Resumo: O desenvolvimento específico (*sui generis*) e dependente do capitalismo latino-americano conformou internamente uma dominação burguesa de caráter amalgamado, atrelando de maneira substancial a burguesia industrial à burguesia agroexportadora, e limitando assim qualquer possibilidade de desenvolvimento capitalista autônomo. Para demonstrar esta relação, este trabalho busca desvendar a objetivação do processo industrializante - e consequentemente da burguesia industrial - em países que tiveram um destacado desenvolvimento de sua atividade manufatureira ainda no fim do século XIX - México, Brasil, Argentina, Chile, Colômbia e Uruguai. Mediante arcabouço teórico da Teoria Marxista da Dependência, ressalta-se sob quais bases a industrialização latino-americana teria se efetivado, revelando que o desenvolvimento do setor exportador seria o grande dinamizador da acumulação de capital destas economias até meados dos anos 1930. Por fim, tornar-se evidente como a estrutura da dependência permitiu o início de um processo industrializante submetido à exportação de produtos primários e, como isto, revelou tanto uma dependência do setor industrial a inserção latino-americana na Divisão Internacional do Trabalho, como também a associação subalterna das referidas burguesias à classe dominante hegemônica dos países centrais.

Palavras-chave: Burguesia Interna. Agro-exportação. Industrialização. Capitalismo Autônomo.

Abstract: The specific (*sui generis*) and dependent development of Latin American capitalism internally formed a compound bourgeois domination, linking the industrial bourgeoisie with the agro-exporting bourgeoisie with strength, thus limiting any possibility of autonomous capitalist development. In order to demonstrate this relationship, this work seeks to unveil the objectification of the industrializing process - and consequently of the industrial bourgeoisie - in countries that had an outstanding development of their manufacturing activity even at the end of the 20th century - Mexico, Brazil, Argentina, Chile, Colombia and Uruguay. Through a theoretical framework of the Marxist Theory of Dependence, it can be seen on what basis Latin American industrialization would have been carried out, revealing that the development of the export sector would be the great driver of the capital accumulation of these economies until the mid-1930s. Finally, it becomes evident how the structure of the dependence allowed the beginning of an industrializing process subject to the exportation of primary products, and how this would reveal as much a dependence of the industrial sector to the Latin American insertion in the International Division of the Work, as of the subaltern association of the mentioned national bourgeoisies to the hegemonic ruling class of the central countries.

¹ O presente artigo é resultado de uma pesquisa mais ampla e defendida sob o formato de dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP), sob orientação da Profa. Dra. Maria Cristina Cacciamali (FEA-USP e PROLAM/USP).

² Mestre em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP) e Professora da Universidade Federal de Viçosa - MG. E-mail: oliveirakfd@gmail.com.

Introdução

A teoria da dependência e mais especificamente sua vertente marxista tem suas primeiras formulações nos anos 1960 dentro do debate das Ciências Sociais latino-americanas sobre o subdesenvolvimento do continente, com o sentido de apontar o paradigma do desenvolvimento dentro de um arcabouço teórico mais amplo, que fosse capaz de questionar a perspectiva dominante naquele período. Deste modo, preocupar-se-iam em caracterizar adequadamente o modo de produção capitalista da América Latina, bem como entender suas determinações e contradições essenciais.

Partindo de uma preocupação fundamentalmente crítica, em um contexto social, político e econômico de intensa efervescência política e econômica (início da guerra fria, revolução cubana e ditaduras civis-militares), a Teoria Marxista da Dependência surge a partir de teóricos exilados no Chile pela ditadura brasileira. A primeira matiz a se contraporem seria aos próprios Teóricos do Desenvolvimento. Essa compreensão acabaria por simplificar a categoria desenvolvimento, demonstrando não considerá-la a partir de contradições internas e externas aos próprios países objetos do “desenvolvimento”. Em outras palavras, ao olhar somente para uma nação e suas variáveis macroeconômicas torna-se impossível compreender a realidade relativa de cada situação e de cada país. Desta forma, se naturaliza o desenvolvimento de algumas nações em detrimento ao subdesenvolvimento de outras, admitindo com normalidade diferenças estruturais dentro de uma perspectiva individual de “sucesso” ou “fracasso” econômico.

Tendo como ponto de referência o Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO) da Faculdade de Economia, na Universidade do Chile, Vânia Bambilra, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini – clássicos dependentistas com principais contribuições teóricas – lançariam suas principais obras¹ dentro de um marco teórico comum, objetivando desvendar os paradigmas da conformação

¹ Por ordem dos autores citados: O capitalismo dependente latino-americano (1973); Dependencia y Cambio Social (1972); Subdesenvolvimento e revolução (1969), Dialética da Dependência (1973), entre outros.

socioeconômica deste continente, em sua relação tanto externa com o sistema de trocas mundiais, como interna na reprodução da dependência.

De acordo com Bambirra em seu livro “Teoría de la dependencia: una anticrítica” (1978), os antecedentes teóricos e políticos desta corrente seriam:

(...) los análisis de Marx y Engels sobre la situación colonial; la polémica de los socialdemócratas rusos y de Lenin en particular en contra de los narodniki-populistas; la teoría del imperialismo y sus alcances en la situación colonial elaborada por Hilferding, Bujarin, Rosa Luxemburgo y particularmente por Lenin; la polémica sobre la revolución colonial llevada a cabo en el II Congreso de la Comintern que culmina con la elaboración de las tesis sobre las cuestiones nacional y colonial por Lenin; las consideraciones posteriores hechas por Lenin mismo, de carácter disperso pero de todos modos muy significativas; la aplicación creadora del marxismo-leninismo expuesta por Mao Tse-tung en varias de sus obras; y, finalmente, el intento de aplicación del método de análisis marxista para la comprensión del fenómeno del “subdesarrollo” realizado por Paul Baran en los años cincuenta (pág. 4).

No que tange à América Latina, o arcabouço teórico da TMD se contrapõe a duas matizes postas naquela época. A primeira estaria relacionada à própria concepção teórica desenvolvimentista presente dentro dos partidos comunistas (PC's), no que se refere à estratégia “democrático burguesa”. A segunda crítica seria em relação à própria teoria do desenvolvimentismo latino-americano a partir da CEPAL² (e no caso brasileiro também o ISEB³)

² Órgão da Organização das Nações Unidas (ONU, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), foi criada em 1948 e teve como elemento central de sua proposição política responder às inquietudes do mundo “subdesenvolvido”).

³ Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado ainda no governo de Café Filho, em 1955, tinha o propósito de reunir intelectuais para a compreensão da realidade brasileira em prol do incentivo ao desenvolvimento nacional. Foi um dos centros mais importantes de elaboração teórica do que ficou conhecido como “nacional desenvolvimentismo”. Os principais teóricos foram: Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Álvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré. Para estes, o Brasil teria que intensificar o processo de industrialização para superar a etapa de subdesenvolvimento.

que, em busca de um pensamento autêntico e particular latino-americano - em contraposição aos teóricos do desenvolvimento – acabaria propondo outros meios de “desenvolver” o capitalismo periférico, em uma busca inalcançável de um desenvolvimento autônomo, encabeçado por uma suposta burguesia industrial nacionalista.

A construção da ideologia do desenvolvimento enquanto proposta para países periféricos separou de maneira isolada o desenvolvimento do subdesenvolvimento, ao trazer a responsabilidade do sucesso ou fracasso para as capacidades internas de acumulação de capital. Por sua vez, essa preocupação surgiu da necessidade em criar novos espaços de acumulação para consolidar e reproduzir a hegemonia estadunidense e seu modelo produtivo. No caso da América Latina, o capital encontraria maiores possibilidades de se acumular e intensificar em países que já obtinham algum grau de industrialização, tais como Brasil, México, Argentina, Chile, Colômbia e Uruguai.

Somando-se a estes fatores a forte crise econômica que a América Latina enfrentava a partir dos anos 1960, estes modelos teóricos tanto da Cepal, quanto dos PC's, começavam a não condizer com a realidade latino-americana. Estas propostas de desenvolvimento estariam baseadas no crescimento da periferia em relação ao centro no intuito de eliminar as barreiras sociais, políticas e culturais ao desenvolvimento. Para isso, seria impulsionada de maneira racional a industrialização, rumo à política do desenvolvimento.

Dessa maneira, a teoria da dependência surgiria, dentre outros fatores, como uma crítica tanto aos teóricos do desenvolvimento, como à concepção cepalina e aos PC's, ao conectar elementos internos e externos para dar lugar a uma situação de dependência. Subdesenvolvimento e Desenvolvimento têm que ser analisados dentro do processo de conformação do sistema econômico mundial porque é somente a partir da delimitação da centralidade da Divisão Internacional do Trabalho (DIT), e da própria indústria manufatureira dos países centrais que se evidencia a especialização (e intensificação) de determinadas zonas – como a América Latina – em produtoras e exportadoras de matérias-primas e alimentos, e de outras zonas – países centrais – em produtores de bens

Neste trabalho nos deteremos em analisar apenas uma das condicionantes desta especificidade trazida pela DIT que, ao dar importância para a sustentação interna da periferia⁴, busca revelar a atuação interna do setor agroexportador, responsável em dinamizar uma complementação intersetorial que levaria a cabo o processo de industrialização latino-americana⁵. À vista disso, o intuito aqui será entender o papel desempenhado pela burguesia agroexportadora dentro da conformação da burguesia industrial, tendo como determinante a inserção dependente nas trocas mundiais.

Partiremos da compreensão que a dominação da classe dominante não se limita apenas às esferas de poder de um país, mas também depende de seu nível de inserção na disputa do mercado mundial (entendido como um local de trocas de diferentes níveis de valor de uso produzidas de maneira desigual e combinada⁶), pela repartição do excedente econômico.

A concepção hegemônica acerca da investigação das classes dominantes latino-americanas tende a uma perspectiva na qual a oligarquia seria antagônica, em seus interesses de classe, à burguesia industrial. Em argumento apresentado adiante, esboçaremos a compreensão da vertente marxista da teoria da dependência, que em contraposição, concebe este debate apontando as relações intra classes hegemônicas não necessariamente como antagônica, mas sim a partir de uma unidade contraditória para produção e reprodução do ciclo dependente do capital.

No processo inicial de industrialização latino-americana (fim do século XIX e começo do XX), a principal fonte de divisas em moeda estrangeira

⁴ Embora sejam conceitualmente distintos, os termos “periferia” e “subdesenvolvimento” neste trabalho serão atribuídos com o mesmo significado, com o intuito de facilitar nossa exposição.

⁵ Processo este condicionado a substituir importações de bens manufaturados. Este tema será melhor no decorrer deste trabalho.

⁶ Segundo a versão de Santos, desigual porque o desenvolvimento de certos países ocorre em detrimento de outros e combinado porque compatibiliza uma série de desigualdades e transferências de recursos que acabam aprofundando a própria desigualdade, transformando-a em um elemento necessário e estrutural da economia global (SANTOS 2011 [1970], pág. 7).

necessária para obtenção de qualquer tipo de iniciativa industrializante tinha como única saída as exportações do setor primário. Dessa forma, o antagonismo intersetorial antes proposto encontraria em sua relação com a própria base material da industrialização, um eficiente pacto de classes contraditório⁷.

Dessa maneira, o intuito com este trabalho será o de colaborar com o debate acerca da complementação do setor agroexportador ao setor industrial dentro do processo de industrialização dependente, tendo como eixo central o arcabouço teórico da Teoria Marxista da Dependência (TMD).

Sem previsão de exaustão da temática, este trabalho busca, portanto, identificar as principais contribuições da TMD a temática sugerida. Utilizaremos uma proposta de subdivisão dos países latino-americanos realizada por Vânia Bambirra: países de tipo A, no que se refere aos países que já contavam com processos de industrialização desde o fim do século XIX e início do XX – Brasil, México, Argentina, Chile, Colômbia e Uruguai –, de maneira a caracterizar a presença ou não (dentro do período proposto) de um potencial transformador na estrutura econômico-social dos referidos países, no que concerne às possibilidades de impulso da industrialização⁸.

Este trabalho está subdividido em quatro partes: a primeira trata das características do surgimento da ideologia desenvolvimentista, bem como os debates teóricos que a TMD se propõe a fazer frente a esta consigna. A segunda é dedicada a especificar e caracterizar a dependência em suas peculiaridades fundamentais, além de demonstrar as bases da economia de exportação que definiriam o caminho traçado para a industrialização periférica; a terceira parte trata do debate teórico realizado dentro da TMD acerca da conformação tanto das burguesias latino-americanas, bem como da industrialização dependente que foi possível de ser levada a cabo nestes países; por fim, a quarta parte mostra como a integração monopólica teria servido para a completa desnacionalização

⁷ Principalmente no período do início do século XX até meados da década de 1960.

⁸ Os países de tipo B seriam países que iniciaram seu processo de industrialização a partir da Segunda Guerra Mundial com controle direto do capital estrangeiro: Peru, Venezuela, Equador, Costa Rica, Guatemala, Bolívia, El Salvador, Panamá, Nicarágua, Honduras, República Dominicana e Cuba (BAMBIRRA, 2012 [1973])

1. A ideologia desenvolvimentista e suas influências sobre a América Latina

“La esperanza de revolución burguesa es, en América Latina, la antesala de la traición”.
(Ruy Mauro Marini, Subdesarrollo y revolución en América Latina. Revista *Tricontinental*, No. 7, La Habana, Cuba, 1968).

Tendo em vista a importância da influência histórica desenvolvimentista na região, cabe aqui uma compreensão acerca desta proposta teórica, bem como as soluções práticas que propõe ao capitalismo latino-americano.

Apartir de uma contraposição em relação ao conceito de desenvolvimento proposto desde a academia norte-americana (entendido como uma evolução contínua⁹ composta de etapas que todas as nações deveriam passar), a teoria do subdesenvolvimento proposta pela CEPAL surge como uma crítica às teorias do desenvolvimento propagadas a partir da potência hegemônica.

Assumindo uma perspectiva latino-americanista, apontavam o subdesenvolvimento como um processo próprio que existiria devido *ao*, e em reflexo *do* desenvolvimento dos países centrais. Assim, desenvolvimento e subdesenvolvimento seriam dois lados da mesma moeda, gerados em decorrência do desenvolvimento do próprio modelo produção de reprodução capitalista.

A Comissão se propôs também em contrapor a ideia de generalização da trajetória do desenvolvimento percorrida pelos países centrais. Na América Latina, o desenvolvimento induzido pela revolução industrial da Europa teria sido insuficiente para criar sistemas capitalistas autônomos capazes de se auto

⁹ Assim como proposto por Rostow, todas as economias se encontrariam em algum nível do desenvolvimento de seu aparato produtivo que refletiria, por sua vez, o grau de industrialização de cada país. Admitia-se o subdesenvolvimento como uma etapa anterior ao desenvolvimento pleno, de maneira geral, acessível a todos os países dispostos a alcançá-lo.

reproduzirem, diferente, por exemplo, do que teria ocorrido nos EUA.

Dessa maneira, além de cumprir seu caráter inicial de difusora do desenvolvimentismo, a comissão adequou este pensamento à realidade particular latino-americana, propondo a utilização de uma chave analítica baseada nos conceitos de centro e periferia. Seus principais intelectuais – Celso Furtado, Raúl Prebisch e Aníbal Pinto – trouxeram ao pensamento básico da instituição, contribuições sobre a industrialização via substituição de importações e a deterioração dos termos de troca, se propondo a romper com a visão linear do progresso, chegando até a criticar, a partir de Celso Furtado, o “mito” do desenvolvimento econômico de que é possível generalizar o consumo dos países centrais (BORJA, 2011)¹⁰.

Estes autores foram denominados como “estruturalistas” por tentarem justificar as raízes do subdesenvolvimento dos países latino-americanos a partir da falta de diversificação e integração de suas estruturas com o setor dinâmico da economia primário-exportadora. Este setor, por seu turno, não teria sido capaz de difundir o progresso técnico para o resto da economia, de empregar produtivamente a mão de obra e de permitir o crescimento sustentado dos salários reais.

Esta perspectiva seria uma ruptura em relação ao discurso econômico convencional do livre comércio. Com isso, buscaram transformar conceitualmente o que seria o subdesenvolvimento, não mais o tratando como uma questão de atraso temporal e quantitativo, mas como uma questão histórico-estrutural (método reivindicado pela Comissão), ou seja, como uma trajetória histórica qualitativamente distinta de desenvolvimento, cujas características estruturais seriam pautadas pelo processo de difusão do modo de produção capitalista e pela consolidação do sistema capitalista mundial após a Revolução

¹⁰ Furtado (1968) questionava o Processo de Substituição de Importações pois indagava que a industrialização não seria solução para o subdesenvolvimento dos países periféricos, dado que continuaria a reproduzir a relação de dependência externa no comércio mundial através da importação de padrões de consumo incompatíveis com a base de produção instalada. Para o autor, ao introduzir uma tecnologia proveniente de outro contexto social, político e cultural, os países da periferia se colocariam em maiores contradições dentro de seu próprio desenvolvimento, dado que substituir suas importações acarretava novas e diferentes importações.

Industrial do século XVIII.

Deste modo, os países subdesenvolvidos seriam histórica e estruturalmente dependentes dos países desenvolvidos, de forma que esta dependência, apenas externa, tenderia a se reproduzir no tempo em caráter polarizante, e não como trajetórias convergentes.

A teoria cepalina rebateria a então denominada Teoria das Vantagens Comparativas¹¹ proposta por David Ricardo, defendendo que o dualismo presente nas economias latino-americanas através de uma herança colonial determinaria uma heterogeneidade na Balança de Pagamentos agravada pela tendência à deterioração dos termos de troca¹². Por sua vez, como os países periféricos não possuíam alta tecnologia e um setor industrial manufatureiro moderno, a produtividade do trabalho alcançada nos países centrais não se fez sentir no capitalismo dependente.

Desta maneira, os países subdesenvolvidos, que contam com uma herança colonial e extrativista, desenvolveram travas externas (por exemplo, a competitividade do comércio mundial e a heterogeneidade da balança de pagamentos) e internas (por exemplo, um pequeno mercado interno), caracterizadas pela promoção de um desenvolvimento voltado “para fora”. Ou seja, um crescimento que acabaria por não desenvolver um capitalismo autônomo, mas sim o capitalismo dos países centrais.

A fórmula proposta pelos cepalinos aos entraves externos e internos estaria baseada em um tripé em prol do crescimento: a) realização de um processo de industrialização através da substituição de sua importação (Processo de Substituição de Importações – PSI); b) Reformas estruturais para possibilitar,

¹¹ A teoria das vantagens comparativas de Ricardo afirmava que cada país deveria se especializar em produzir mercadorias que tivessem um menor custo relativo de produção, ou seja, mercadorias que fossem a “vocação natural” do país ou região. De acordo com o autor, isso serviria para ampliar seus índices de produtividade, contribuindo também para elevar as condi es de competitividade no mercado internacional. Como no caso dos países da América Latina se produzia bens primários, nossa vantagem comparativa seria exportar matérias primas e minerais – que por sua vez serviam como produtos necessários   industrializa o dos países centrais.

¹² A teoria da “deteriora o dos termos de troca” foi formulada por Prebisch a partir da segunda metade do século XX. Para saber mais ver: “El desarrollo econ mico de la América Latina y algunos de sus principales problemas”, 1949.

dentre outros fatores, um mercado interno eficaz, e; c) Estado Nacionalista capaz de impulsionar um desenvolvimento “para dentro” e supostamente autônomo.

Raul Prebisch, em um texto publicado na revista *Comércio Exterior*, em 1987, intitulado “Cinco etapas de mi pensamiento sobre el desarrollo” demonstra claramente esta visão da vertente cepalina. Para o autor, a incorporação da América Latina na divisão internacional do trabalho como exportadores de matérias-primas seria um isolamento herdado na conformação do comércio mundial, que não foi possível ser rompido devido à própria lógica da política comercial liberal dos países centrais.

“El comercio de los países en desarrollo ha convergido en los centros, pasando por alto la potencialidad enorme del comercio recíproco. Por cierto, debo recordar que desde los primeros días de la CEPAL he predicado vigorosamente la necesidad de esta reforma estructural del comercio mundial” (PREBISCH, 1987, pág 352).

Para Prebisch, este fato sustentou a sobrevivência hegemônica dos centros. Para sua superação e conseqüentemente desenvolvimento econômico, o autor aposta na “elevación del nivel de la productividad de toda la fuerza de trabajo”, sendo que a industrialização

podía desempeñar un papel muy importante en el empleo de estas grandes masas de trabajadores de muy baja productividad y de la mano de obra liberada por la nueva penetración del progreso tecnológico, no sólo en las actividades de exportación si no también en las actividades agrícolas productoras de bienes para el consumo interno (pág. 346). Los cambios estructurales inherentes a la industrialización requieren racionalidad y visión en la política gubernamental e inversiones en infraestructura para acelerar el crecimiento económico, obtener una relación adecuada entre la industria y la agricultura y otras actividades, y reducir la vulnerabilidad externa de la economía (PREBISCH, 1987, pág. 347).

Esta formulação colocaria como foco principal do nacional-desenvolvimentismo o processo de industrialização promovido pelo Estado.

Com isso, seria possível consolidar o mercado interno e diminuir a dependência do comércio exterior, bem como diminuir a dependência da burguesia industrial ao setor externo – que, como já exposto, tinha na agro exportação a única fonte de divisas necessárias ao início e continuidade do processo de industrialização.

Embora a CEPAL tenha adotado uma concepção latino-americanista e de compreensão de um sistema mundial capitalista, acabaria por não romper em definitivo com a perspectiva da linearidade para se chegar ao desenvolvimento (ainda que se trate de uma linearidade distinta). Em outras palavras, mesmo que tenha buscado outra perspectiva para o desenvolvimento latino-americano, assumiria como objetivo central a mesma lógica de desenvolvimento dos países centrais: uma sociedade de consumo de massas. Assim, ao se voltar para este objetivo, propõe uma maneira autônoma de desenvolvimento, que apresenta dificuldades em visualizar a barreira imposta pelo Imperialismo e os limites de seu próprio projeto.

Em suma, a Comissão assumiria com esta proposição que o problema do subdesenvolvimento estaria na falta de desenvolvimento de suas forças produtivas, ou seja, a um capitalismo insuficiente¹³.

Levando em consideração a ideologia dominante nas Ciências Sociais e nas práticas dos governos latino-americanos daquele período, as análises (marxistas) que buscavam solucionar e se contrapor à CEPAL e a vertente estabelecida incorrem para Marini (1973) em dois erros e vícios: dogmatismo X ecletismo.

Por um lado, o autor expõe uma perspectiva na qual a América Latina seria tomada como um caso essencialmente específico e particular, onde as características do capitalismo mundial não interferiram na análise latino-americana. O marxismo aqui seria tomado como um manual *ideal*¹⁴. Nas palavras de Bambirra:

(...) la concepción estratégico-táctica de los partidos

¹³ Os partidos comunistas latino-americanos ao adotar também a mesma consigna de capitalismo insuficiente, visualizavam como inimigo em comum o imperialismo. Entretanto, ao considerar a perspectiva histórica da dependência latino-americana, o “anti-imperialismo” acabaria por ser funcional ao projeto desenvolvimentista.

¹⁴ Como exemplo ver a “Declaração sobre a política do PCB” de março de 1958.

comunistas que fundada en una interpretación dogmática y esquemática de la realidad latinoamericana preconizaba una alianza de las clases explotadas con la burguesía nacional progresista – dentro de la cual el proletariado debería luchar por su hegemonía- para alcanzar la instalación de gobiernos nacionalistas y democráticos, vale decir, “anti oligárquicos”, “antifeudales” y “antiimperialistas” (BAMBIRRA, 1978, pág. 4).

Por outro, a tentativa de abranger diferentes correntes teóricas colocaria o rigor metodológico histórico-dialético em cheque, ao direcionar as análises a partir de diferentes perspectivas teóricas¹⁵. De acordo com Marini,

O segundo tipo de desvio tem sido mais frequente no campo da sociologia, no qual, frente à dificuldade de adequar a uma realidade categorias que não foram desenhadas especificamente para ela, os estudiosos de formação marxista recorrem simultaneamente a outros enfoques metodológicos e teóricos; a consequência necessária desse procedimento é o eclétismo, a falta de rigor conceitual e metodológico e um pretense enriquecimento do marxismo, que é na realidade sua negação (MARINI, 1973, pág. 3).

Para uma eficiente compreensão da maneira de inserção latino-americana no capitalismo mundial, analisar apenas as especificidades de cada país isoladamente não permite entender todas as contradições do sistema mundial. A necessidade colocada por Marini seria compreender a dinâmica capitalista mundial como um todo, enquanto modo de produção, para captar as determinações situadas no capitalismo periférico, sem determinismos, mas com rigor categórico. Estes são os esforços contidos no livro “Dialética da Dependência”, de 1973, que exerce o papel de melhor compilação teórica da vertente marxista da dependência, se propondo a uma análise da realidade nem dogmática nem, tampouco, eclética¹⁶.

Para Marini, surgiu na periferia do sistema capitalista uma forma

¹⁵ “Em sua análise da dependência latino-americana, os pesquisadores marxistas incorreram, geralmente, em dois tipos de desvios: a substituição do fato concreto pelo conceito abstrato, ou a adulteração do conceito em nome de uma realidade rebelde para aceitá-lo em sua formulação pura” (MARINI, 1973, pág. 1).

¹⁶ “As contribuições de autores como André Gunder Frank, Theotonio dos Santos, Vânia

sui generis, ou seja, específica, de desenvolvimento capitalista, baseada na transferência de valor e compensada no plano interno da produção mediante a superexploração da força de trabalho, que por sua vez ocasionaria especificidades no ciclo de reprodução do capital dessas economias dependentes. Para ele, a superexploração do trabalho seria caracterizada por três processos que poderiam atuar de forma conjugada ou isolada: o aumento da jornada de trabalho, a maior intensidade do trabalho e a redução do fundo de consumo do trabalhador.

Nota-se que a superexploração da força de trabalho leva a um acréscimo da pobreza relativa, que não deve ser confundida com pobreza absoluta. “*É um elemento que tem consequências decisivas para a reprodução do capital e nas formas de inserção das economias latino-americanas no sistema mundial*” (OSÓRIO, 2016, pág. 513 grifos do autor). O trabalhador deixa de consumir bens indispensáveis à sua reprodução da vida, para consumir necessidades sociais historicamente construídas em um determinado espaço-tempo. Nesse sentido, as necessidades sociais têm um peso de extrema importância nas formações socioeconômicas “*justamente porque são sociais, no sentido das formas de existência em um tempo determinado*” (OSÓRIO, 2016, pág. 513, grifos nossos).

Esta maneira particular do desenvolvimento capitalista latino-americano teria surgido como resultado da expansão mercantil europeia e não poderia ser identificada como feudal ou semifeudal, pois não poderia ser compreendida à parte do processo de expansão das relações capitalistas de produção para regiões

Bambirra e Ruy Mauro Marini, constituem o núcleo fundamental da conformação da teoria marxista da dependência. Mas esta só termina de tomar forma com o escrito *Dialética da Dependência* de Ruy Mauro Marini. É somente neste trabalho onde se formula uma proposta que explica a inserção da América Latina no mercado mundial, e como tal inserção propicia a geração de um capitalismo com particularidades em sua reprodução, como a ruptura do ciclo do capital e a superexploração” (OSÓRIO, 2016, pág. 535, grifos do autor). “En primer lugar, es obligatorio destacar que *Dialéctica de la Dependencia* constituye un marco muy importante en la constitución de lo que se suele llamar Teoría Marxista de la Dependencia. Aunque no sea el primer trabajo donde se aborda la temática de las economías dependientes, dentro de la lógica mundial de acumulación de capital, seguramente es el primero que se propone sistematizar las principales categorías de lo que es la condición dependiente, desde una perspectiva marxista” (CARCANHOLO, 2016, pág. 22, grifos do autor).

cujas relações de produção eram distintas às europeias. De acordo com Osório,

O fato do capitalismo necessitar extrair valor por meios econômicos e não políticos não pode levar a que a história e os processos prévios de apropriação de riquezas por meios políticos entre impérios e colônias ou semicolônias – que permitiram que emergissem economias industriais e economias agro-mineiras – sejam apresentados como um assunto insignificante, um mero antecedente, porque para a história subsequente não se trata de um detalhe irrelevante (OSORIO, 2016, pág. 498).

O desenrolar histórico – anos 1950-70 – demonstraria que a ideologia desenvolvimentista e suas tentativas de industrialização – em busca de um desenvolvimento autônomo – não levariam os países latino-americanos a um processo de maior dinamismo econômico. Nesta concepção, a crise do desenvolvimentismo dos anos 1960 (aqui interpretada aos impasses que a teoria estruturalista teria chegado, marcada pelo planejamento e intervenção do Estado na economia) teria se dado pela própria crise de acumulação e realização do processo de industrialização latino-americano, cuja base se erguera sobre as velhas estruturas da economia exportadora (MARINI, 1973).

Isto posto, e partindo de uma perspectiva na qual a industrialização não teria rompido com a dependência, mas sim a reconfigurado, a teoria da dependência seria uma crítica concreta ao desenvolvimentismo. Trataremos agora de caracterizar a dependência e posteriormente a atuação de suas classes dominantes dentro deste processo de desenvolvimento inicial da capacidade produtiva (1880-1930) compreendido a partir da análise da economia primário-exportadora dos países de tipo A.

2. A quebra dentro da continuidade

A fase colonial da América Latina compreende um período de desenvolvimento do capitalismo comercial em total conexão com a expansão dos países centrais dentro da disputa inter-hegemônica. As relações impostas à periferia – modos servis e escravocratas – que interferiram na maneira

subordinada de sua produção e reprodução da vida e do trabalho, seriam parte de um acordo imposto pelo capital financeiro mercantil em prol da conquista colonial, que garantisse a acumulação necessária para objetivação capitalista e industrial de países europeus, com destaque a Grã-Bretanha.

Desde o século XVI a América Latina esteve atrelada ao comércio mundial para atender a demanda europeia com a produção de matérias-primas que viabilizassem a fabricação de diversos outros bens nas metrópoles. Esta condição histórica de países exportadores de matérias-primas, concebida dentro do comércio de trocas internacionais, estaria intrinsecamente relacionada com a posição adversa ocupada por cada país e por seus produtos no mercado mundial.

O papel exercido pelos países periféricos no período colonial foi possível devido ao complemento efetuado entre o monopólio comercial (e da própria exportação) e o monopólio “*da terra, das jazidas e da força de trabalho, em associação com o capital comercial e financeiro*” (SANTOS, 2011 [1970], pág. 7). Assim, a colônia atuou tanto na estruturação do capital comercial e bancário (ao expandir os meios de pagamento), como na sustentação da produção manufatureira europeia, e posteriormente da grande indústria com o aumento do fluxo de mercadorias primárias (MARINI, 1972).

A forma de desenvolvimento imposta à periferia durante os mais de três séculos de colônia, basicamente sob a forma de uma economia mercantil, definiria uma contínua modificação destas sociedades. Estimulada pelo comércio internacional, se intensificaram as formas capitalistas de produção, principalmente na agricultura (em contraposição a teorias que consideram que na estrutura agrária latino-americana prevaleciam relações de um sistema feudal de produção), que passou a se especializar na monocultura para exportação.

Este histórico extrativista levaria a uma estrutura dependente caracterizada, dentre outros fatores, pela mão de obra escrava, grandes concentrações de terra, e o desmonte da economia de subsistência. Não nos concentraremos neste trabalho em realizar o debate acerca da existência ou

não de um período feudal na América Latina¹⁷, abordando apenas a perspectiva

¹⁷ Alguns dos autores que trabalharam a temática: Nelson Werneck Sodré, Paul Singer, Celso Furtado, Rodolfo Stavenhagem, Francisco de Oliveira, Roberto Simonsen, Octavio Ianni, Sergio Bagu, Caio Prado Jr e Luis Vitale.

dependentista a este debate, no qual considera o antagonismo proposto a uma sociedade supostamente “dual”, entre feudalismo e capitalismo, uma falsa dicotomia ao relacionar o primeiro ao subdesenvolvimento e o segundo ao desenvolvimento.

Admitir a separação da economia entre feudal e capitalista pressupõe uma solução que possa ser articulada com o exterior (já que o feudalismo seria admitido como um sistema fragilmente articulado com o exterior), abrindo com isso perspectivas para que o capital internacional pudesse atuar na superação da “falta de capitalismo” (FRANK, 2012 [1964]).

Reconhecer a tese do “capitalismo insuficiente” implicaria conceber que as classes dominantes da periferia não se desenvolveram dentro dos moldes capitalistas dos países centrais, e que tampouco assumiram seu papel classista no desenvolvimento do capitalismo nacional (MARINI, 1968). As consequências políticas desta premissa (desenvolvimento da burguesia nacional) “*sirven solamente para intensificar y perpetuar las propias condiciones de subdesarrollo que supuestamente deben remediar*”¹⁸ (FRANK, 1967, pág. 161).

A contraposição elaborada pela vertente marxista dependentista trouxe a especificidade da conformação latino-americana dentro do desenvolvimento do próprio sistema capitalista em nível mundial. Esta perspectiva seria percebida como uma ruptura nas Ciências Sociais latino-americanas ao aplicar uma análise historiográfica e material a este continente, partindo da análise do sistema mundial como um todo complexo para, posteriormente, entender as formas como se evidencia na periferia, e, por fim, voltar ao todo complexo esclarecendo o papel atribuído a cada parte integrante do sistema.

Partindo de uma premissa na qual compreende a evolução do capitalismo das sociedades satélites de maneira *sui generis*, o subdesenvolvimento não seria entendido como uma ausência de desenvolvimento, mas sim como seu reflexo dentro de um todo comum – o desenvolvimento do modo de produção capitalista (FRANK, 1967), (MARINI, 1973), (SANTOS, [1998], 2015).

Não sendo aspectos diferentes, o subdesenvolvimento (bem como o

¹⁸ As razões as quais consideramos que apostar no desenvolvimento da burguesia nacional não romperá com a dependência será trabalhada mais a frente.

desenvolvimento de suas forças produtivas e a conformação de suas classes dominantes) estaria interligado à expansão dos países industrializados, não sendo possível desvincular a análise do processo de reprodução do capitalismo dependente do processo de reprodução do capitalismo mundial – a reprodução dependente passa, necessariamente, pela reprodução dos países centrais.

Por este motivo, não seria para Marini uma coincidência histórica o desenvolvimento de um conjunto de mudanças que aconteceram na Europa e levaram à Revolução Industrial por um lado, e a independência política latino-americana¹⁹ por outro, onde *“fará surgir, com base na estrutura demográfica e administrativa construída durante a Colônia, um conjunto de países que passam a girar em torno da Inglaterra”* (MARINI, 1973, pág. 4). Os países da América Latina após sua independência formal, não se articularam entre eles próprios (mas sim com a nação hegemônica daquele período) mesmo contando com países e cidades que se encontravam com importantes graus de produção industrial²⁰.

Apesar de admitir a fase colonial como o passado em comum dos países da periferia, no qual viria a ser costurado logisticamente o que posteriormente tornar-se-ia a situação de dependência²¹, para Marini, seria somente a partir da independência política que a América Latina viria a se articular de maneira “autônoma” dentro da Divisão Internacional do Trabalho, por sua vez possível graças ao avanço da grande indústria²² (MARINI, 1973). A articulação ao redor da Grã Bretanha funcionaria de acordo com a sua demanda, mudando

¹⁹ A consolidação da Revolução Industrial traria elementos para a independência política latino-americana e a conseqüente ruptura da ordem colonial (MARINI, 1994).

²⁰ Como por exemplo: México, Lima, Buenos Aires, Rio de Janeiro, Santiago e Montevideo.

²¹ Bamberger nos alerta para a diferenciação entre a situação de dependência e estrutura dependente, sendo esta última a maneira de manifestação histórica e específica das transformações sofridas nas sociedades dependentes (BAMBERGER, 2012 [1973] p. 39).

²² Dentro da vertente marxista da dependência, o momento exato a ser considerado como o início da dependência é ainda um tema controverso. De acordo com Marini, Gunder Frank estaria equivocado em sua análise ao considerar países coloniais como dependentes já que nestas determinações não há transferência de valor e sim um pacto colonial. Para este trabalho admitiremos a concepção de dependência de Ruy Mauro Marini, já exposta acima.

A forma dialética da evolução do modo de produção capitalista em nível mundial, entendida como uma unidade contraditória entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, em que cada país seria inserido de maneira distinta na DIT (em consonância com suas circunstâncias históricas) concebe uma situação de dependência²³. Nas palavras de Marini a dependência é entendida:

(...) como una relación de subordinación entre naciones formalmente independientes, en cuyo marco las relaciones de producción de las naciones subordinadas son modificadas o recreadas para asegurar la reproducción ampliada de la dependencia (MARINI, 1973, pág. 4).

No artigo intitulado “Las raíces del pensamiento latinoamericano”

Marini complementaria essa posição:

La creación del Estado, cuya *ultima ratio* es el monopolio de la fuerza, constituye, pues, condición *sine qua non* para el surgimiento de naciones aptas a integrarse al mercado mundial, integración que, a su vez, refuerza la tendencia a la centralización del poder político y militar (MARINI, 1994, pág. 5).

Dessa forma, ao garantir as bases de sua sustentação, a grande indústria – e a própria DIT – pôde se expandir à custa da dependência de outros. Marini considera o surgimento da grande indústria o fator que viria estabelecer os suportes indispensáveis à conformação da Divisão Internacional do Trabalho (MARINI, 1973). O autor traria essa compreensão de Marx: “a divisão do trabalho na manufatura é uma criação específica do modo de produção capitalista” (MARX, 2013 [1867] pág. 414).

O aprofundamento desta estrutura, atrelada à ampliação do comércio exterior da Inglaterra, transformaria as bases materiais das atividades inglesas ao aumentar sua necessidade de alimentos e matérias-primas²⁴. À América

²³ “O ponto de partida qualitativamente diferenciado sobre os valores de uso possíveis de produzir por umas e outras economias não é um assunto de importância menor” (OSÓRIO, 2016, pág. 500 grifos do autor).

²⁴ “O processo de esbulho realizado no período colonial concebeu uma acumulação de riquezas que garantiu o desenvolvimento e/ou intensificação da grande indústria, do comércio, etc, diferentemente do que ocorrera com os países latino-americanos

Latina caberia produzir os meios de subsistência necessários à especialização produtiva da grande indústria manufatureira europeia²⁵, “*como condición necesaria de su inserción en la economía internacional capitalista*” (MARINI, 1973, pág. 5).

Conforme o aprofundamento da divisão social do trabalho no centro, bem como a elevação de sua produtividade, a exigência no aumento da produção de matérias-primas e alimentos se fez cada vez mais recorrente, atribuindo à periferia uma condição gradativamente aprofundada como fornecedora destes bens primários²⁶, em correspondência a especialização produtiva do centro (aplicação da ideologia dominante das vantagens comparativas).

Cabe ressaltar que a produção de produtos primários não estimula o avanço de sistemas produtivos mais elaborados, o que se traduz em baixos níveis de investimento em conhecimentos que incitem o desenvolvimento das forças produtivas. Isso porque o capital periférico favorece sua atividade mais característica – agroexportador – e incentiva atividades que apenas intensifiquem este processo como rodovias, portos, armazéns, entre outros. Por este motivo Osório complementa:

O crescimento dos bens exportados se sustenta, fundamentalmente, na extensão das jornadas de trabalho, na multiplicação do número de braços dedicados à produção e, mais tarde, quando se necessite infraestrutura mais complexa (como ferrovias, frigoríficos e ferramentas diversas) esta será adquirida no mundo industrial (OSÓRIO, 2016, pág. 502).

Essas circunstâncias não desatam um estímulo produtivista na periferia,

formalmente independentes. (...) antes do século XIX existiram processos de acumulação e desacumulação que estabeleceram pontos de partida radicalmente diferentes entre as economias que se inter-relacionam e que participam da divisão internacional do trabalho nesse século” (OSÓRIO, 2016, pág. 499).

²⁵ A maioria da população inglesa estaria neste período concentrada nas indústrias.

²⁶ “À medida que a divisão aumenta, a ocupação constante de um mesmo número de trabalhadores exige um capital cada vez maior em matérias primas, ferramentas, etc” (STORCH, 1823, pág. 250 e 251 apud MARX, 2013 [1867] pág. 415).

o que ocorre seriam apenas incrementos de produtividade, mas sempre atrasados em relação ao centro. Nas metrópoles, de maneira distinta, o contínuo desenrolar da grande indústria requer sempre novos estudos que impulsionem a tecnologia, tornando-se uma característica presente do capitalismo dos centros.

O aumento da oferta de alimentos e matérias-primas contribuiria para uma mudança substancial no eixo de acumulação de capital dos países centrais. Como tais bens equivalem ao consumo dos trabalhadores do centro, passariam a ser incluídos como meios de subsistência necessários à reprodução de sua força de trabalho. Ou seja, ficaria a carga do comércio exterior (América Latina) corresponder à demanda dos bens-salário dos países industriais. A possibilidade da desvalorização destes bens no centro reduziria o valor real da força de trabalho nas indústrias, deslocando a produção de mais-valia absoluta para mais-valia relativa. Teria sido, portanto, graças a América Latina que a acumulação dos centros passou a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que somente do aumento da taxa de exploração do trabalhador (MARINI, 1973).

Em outras palavras, com a redução dos gastos necessários a existência do trabalhador, haveria uma diminuição no tempo necessário à reprodução da força de trabalho, permitindo que o aumento da produtividade na Europa ocorresse por meio do aumento da mais-valia relativa. Em relação a esta primordial característica, Osório complementa:

Isto implicou que o capitalismo industrial alcançasse a solução para uma equação vital: *compatibilizar a elevação da taxa de mais-valia com a expansão do mercado interno pela via do incremento do consumo dos trabalhadores*. A incorporação massiva da população trabalhadora das economias industriais ao mercado potencializará o desenvolvimento industrial de bens de consumo e de bens de capital, e, com isso, do capitalismo como um todo. O ciclo do capital industrial encontrava, assim, um eixo interno de articulação e dinamismo (OSÓRIO, 2016, grifos

Este salto teria sido essencial para a objetivação capitalista em nível mundial e, conseqüentemente, para o aprofundamento da especialização produtiva europeia²⁷.

A América Latina, ao produzir a uma produtividade abaixo da média geral estabelecida nas trocas mundiais, transferiu essa diferença produtiva aos países centrais²⁸. Estes, por sua vez, se apropriaram de uma mais-valia gerada nas economias dependentes no formato de um ganho superior ao que se produz em mais-valia nos centros. Em suma, as economias dependentes acabavam por comercializar produtos com mais horas de trabalho contido em troca de produtos com menos horas de trabalho.

Dessa maneira, nos países centrais, a acumulação de capital esteve baseada no aumento da capacidade produtiva, enquanto que na América Latina a acumulação estaria vinculada diretamente a uma maior taxa de exploração da força de trabalho. Por seu turno, este se tornaria o traço fundamental da economia dependente e não um aspecto meramente conjuntural.

Não obstante, esta não seria a única característica assumida pela América Latina dentro da DIT. O aumento da capacidade produtiva (e do próprio consumo de matérias-primas) contribuiria, por sua vez, a elevação da

²⁷ (...) com a produtividade crescente do trabalho ocorrem o barateamento do trabalhador e, em consequência, uma taxa crescente de mais-valia, mesmo quando se eleve o salário real. Este nunca sobe da mesma proporção da produtividade do trabalho. O mesmo valor em capital variável mobiliza, portanto, maior força de trabalho e conseqüentemente mais trabalho. O mesmo valor em capital constante incorpora-se em mais meios de produção, isto é, mais instrumental de trabalho, materiais de trabalho e materiais acessórios, fornecendo mais elementos para a produção tanto de valores de uso quanto de valor, ou seja, mais elementos que absorvem trabalho (MARX, 2013 [1867] pág. 711).

²⁸ De acordo com Osório, a tentativa de incrementar a produtividade na América Latina seria efetivada nos setores complementares a exportação, que, no entanto mostraram-se sempre inferiores aos níveis alcançados nas economias centrais. Dessa maneira, como não era necessário o incremento da tecnologia para responder a crescente demanda de matérias-primas, a resposta dos capitais que operam na região foi aumentar as horas da jornada de trabalho e o número de trabalhadores, ou aumentar a produção e diminuir os preços no mercado mundial (OSÓRIO, 2016, pág. 510).

composição orgânica do capital²⁹ ao diminuir os gastos com capital variável. Um incremento da mais valia, sempre que resulte “*uma elevação simultânea do valor do capital constante empregado para produzi-la*”, se manifestará em uma queda da taxa de lucro (MARINI, 1973, pág. 4).

O que o autor denominou de “o segredo do intercâmbio desigual” iria se apresentar como uma alternativa criada – pela própria América Latina – à queda da quota de ganho dos capitalistas.

(...) é mediante o aumento de uma massa de produtos cada vez mais baratos no mercado internacional, que a América Latina não só alimenta a expansão quantitativa da produção capitalista nos países industriais, mas também contribui para que sejam superados os obstáculos que o caráter contraditório da acumulação de capital cria para essa expansão (MARINI, 1973, pág. 7).

Seria no intercâmbio entre países, mais especificamente no valor do câmbio, que o capital iria concretizar sua espoliação. A “deterioração dos termos de troca” faria com que uma parte da mais valia produzida pelas economias dependentes não fosse apropriada por ela, mas sim pelo centro, passando a formar parte da dinâmica de acumulação dos países centrais (MARINI, 1973).

A expressão deste intercâmbio desigual nas trocas mundiais se revelaria nos preços de mercado e de produção de mercadorias, já que os capitais da periferia tendem a possuir uma produtividade abaixo da média dos demais setores da economia mundial, transferindo parte de sua mais valia ao centro. Com o desenvolvimento do capitalismo dependente, esta transferência de valor (e não apenas uma troca desigual) se torna estrutural, dado o alto grau de avanço do capital monopolista, demonstrando a dificuldade/impossibilidade de se romper com a dependência (barreiras protecionistas historicamente apenas reconfiguraram a dependência e a transferência de valor sob outras formas).

O ônus imposto através da transferência de valor³⁰ não seria incorporado

²⁹ Proporção em termos de valor entre o capital que foi empregado para meios de produção e o que foi empregado para força de trabalho.

³⁰ De acordo com Marx, a substância do valor está contida no trabalho, logo, o que há nas relações de troca entre países centrais e periféricos é uma transferência de trabalho, que por sua vez foi materialmente realizado no produto do trabalho, a mercadoria, que,

às classes dominantes periféricas. A inevitabilidade da passagem de parte do excedente produzido neste continente encontraria uma saída para incrementar o valor produzido, a superexploração do trabalhador (MARINI, 1973). Este elemento seria o alicerce da dependência, o local onde se assentam as estruturas externas de uma base que teria o desenvolvimento industrial de alguns países submetido a condições de crescimento de outros.

Esta categoria é específica do capitalismo dependente, que por sua vez remete a inserção subordinada da periferia à DIT, as transferências de valor e a maneira como é compensado internamente através do aumento da produção de mais-valia. Ou seja, a superexploração da força de trabalho não seria apenas uma maior exploração do trabalho, mas sim algo particular do ciclo de reprodução da economia dependente. “É um mecanismo vital para enfrentar as debilidades produtivas na concorrência e compensar as transferências de horas de trabalho e de valor no mercado mundial, além de funcionar como fórmula para elevar os lucros dos capitais operantes na região” (OSORIO, 2016, pág. 511).

É no aumento da jornada de trabalho ou na sua maior intensidade, bem como na diminuição do consumo do trabalhador, que a periferia compensaria internamente a condição de estar submetida ao crescimento e desenvolvimento dos países centrais³¹ (SANTOS, 1972 [1970], pág.45-46). Nas palavras de Marini:

O que aparece claramente, portanto, é que as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador (MARINI, 1973,

porém não será apropriado no mesmo lugar, espaço e tempo que foi produzido.

³¹Estes tipos de extração da mais valia são inerentes ao modo de produção capitalista, porém, nas economias dependentes há uma intensificação desses processos. Assim, formam parte estruturante do capitalismo *sui generis* latino-americano. O que no capitalismo central pode ser atribuído de maneira conjuntural, no capitalismo dependente tornar-se-ia estrutural desde sua conformação.

Este condicionamento especificamente dependente mudaria o ciclo do capital no interior destas economias, suas relações de produção e as condições de vida de seus trabalhadores. A remuneração do trabalho abaixo de seu valor necessário à reprodução da vida apresenta um modo de produção interessado apenas na exploração do trabalhador e não no desenvolvimento de suas forças produtivas.

Esta maneira determinante de inserção da América Latina demonstra o caráter do desenvolvimento do capitalismo dependente, bem como a compreensão do motivo porque a TMD não inicia sua análise através da produção latino-americana, mas pela inserção ou vinculação ao mercado mundial.

Segundo Marini (1972), seria a partir da circulação de capital em nível mundial, ou seja, no mercado internacional, onde podemos compreender como se determinam as condições de evolução e formação da estrutura produtiva dependente, por sua vez marcada a partir de estruturas de produção surgidas em função da circulação e acumulação de capital e condicionadas por ela na fase primário-exportadora.

Em uma intervenção realizada no “Encuentro de Economistas Latinoamericanos e Italianos”, em Roma, em setembro de 1972, o autor, partindo de uma análise marxista, sustenta que o estudo de uma estrutura econômica inicia-se pela esfera produtiva. Entretanto, em conformações socioeconômicas dependentes, essa lógica tende a se inverter porque sua conformação e objetivação são determinadas através do papel que assume no mercado internacional.

Por este motivo, a análise do desenvolvimento de países dependentes alcança compreensão e validação concreta quando verificada através de sua articulação com o mercado mundial. “*De lo contrario, no podemos entender de qué manera se genera en una determinada zona del sistema capitalista, en un centro de circulación que se convierte él mismo en un centro de producción de capital*” (MARINI, 1972, pág. 3).

A situação que salta aos olhos desta determinação é que a dependência

da produção latino-americana não se situa em relação ao seu consumo interno, mas em relação ao mercado mundial. Ou seja, a produção dependente, para conseguir se realizar, é centrada necessariamente no mercado mundial, formando assim uma produção que não dependente de seu mercado interno. Sobre esta cisão do ciclo do capital e suas consequências, Marini discorre:

Na economia exportadora latino-americana, as coisas se dão de outra maneira. Como a circulação se separa da produção e se efetua basicamente no âmbito do mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de mais-valia. Em consequência, a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem se preocupar em criar as condições para que este a reponha, sempre e quando seja possível substituí-lo pela incorporação de novos braços ao processo produtivo (MARINI, 1969, pág. 13).

Dessa maneira, a economia voltada para a especialização produtiva à exportação terá internamente em sua população uma cisão em seus padrões de consumo. Como o trabalhador recebe uma remuneração abaixo de seu valor necessário à reprodução da vida³², os níveis de demanda interna são baixos e não conseguem dar o suporte (gerar divisas) necessário ao aumento da produção. Este fator leva a produção interna a buscar no mercado mundial o escoamento de sua produção.

Nesta lógica, o trabalhador não é consumidor, mas apenas criador de bens para exportação. Ou seja, na fase de realização e circulação de mercadorias (2ª fase do ciclo do capital), o consumo do trabalhador não participa da transformação do capital em dinheiro, para que seja possível uma nova fase de produção³³. Nas economias dependentes, uma vez que sua produção se destina

³² “(...) afirmar que se superexplora de maneira generalizada em uma economia não significa simplesmente dizer que se paga pouco ou se trabalha longas horas. Não é um simples adjetivo à exploração. É um elemento que tem consequências decisivas para a reprodução do capital e nas formas de inserção das economias latino-americanas no sistema mundial. E é por essas consequências que a superexploração tem um peso fundamental na teoria que explica o funcionamento do capitalismo dependente” (OSÓRIO, 2016, p 513, grifos do autor)..

³³ “En un país capitalista clásico, la fase de producción da origen a una oposición entre el obrero y el capitalista, una vez que en esa etapa interesa al capitalista reducir al máximo el salario del obrero. Sin embargo, en la fase siguiente del ciclo del capital, cuando se pasa a la circulación y realización del producto, aquello que aparecía el capitalista como una pérdida de dinero, o sea el pago de salario, es indispensable para que la producción

majoritariamente ao exterior, “*la posibilidad de rebajar el salario del obrero no encuentra limitación en la necesidad de realizar el producto, una vez que éste se destina al exterior*” (MARINI, 1972, pág. 4).

Em contrapartida, o capitalista importa os bens necessários ao seu consumo, gerando uma diferença abrupta nas esferas da circulação. A esfera alta (capitalistas) tem seu consumo como um prolongamento do mercado dos países centrais, e a esfera baixa (trabalhadores) acaba por consumir da produção interna, sem, entretanto representar um elemento fundamental na criação de demanda³⁴ (ibidem).

Após esta breve consideração da especificidade assumida pela dependência, bem como as quais seriam as bases da economia de exportação que definiriam o caminho traçado para a industrialização deste continente, passaremos a compreender as condicionantes específicas a qual foi submetida à América Latina no processo de objetivação de sua capacidade industrial. Para isso, e em consonância com a análise proposta pela TMD, partiremos das transformações produtivas ocorridas no centro do capitalismo e em suas novas necessidades da nova etapa de acumulação e expansão do capitalismo mundial, para posteriormente analisar o sistema produtivo dependente e sua tendência em se adaptar em função da reconfiguração da DIT.

3. A influência histórica como condicionante das

se realice y, por tanto, para que el capital pueda reasumir su forma de dinero, que le permite encarar de nuevo la fase de producción” (MARINI, 1972, pág. 3).

³⁴ Respondendo uma crítica na qual a superexploração seria um desencadeamento da teoria do subconsumo (elaborada por Sismonde de Sismondi) e, portanto, um limite para acumulação de capital nos países periféricos, Osório (2016) discorre: “Não há subconsumo no capitalismo dependente, se com isso se quer sustentar que a superexploração impede a acumulação e reprodução do capital em geral. Pelo contrário, esta é a condição para que ocorra a reprodução no capitalismo dependente. Mas uma economia baseada na superexploração não permite uma acumulação e reprodução qualquer. Favorece a desproporcionalidade entre ramos, como a debilidade do setor I, e a maior força do setor II. Mas também a desproporcionalidade no âmbito dos bens de consumo, conforme sejam bens-salário (IIa) ou bens suntuários (IIb), em benefício relativo desses últimos” (OSÓRIO, 2016, pág. 517, grifos do autor).

“imperfeições”

Um dos aportes mais importantes da vertente marxista da teoria da dependência seria revelar a articulação histórica concreta entre a dinâmica da estrutura interna nas formações socioeconômicas latino-americanas e o contexto de seu condicionamento externo, realçando a unidade dialética entre o interno e externo na objetivação capitalista destes países. Isto é, o conceito de dependência permite conceber a formação interna como parte da economia global.

De acordo com os clássicos dependentistas, a dependência não se apresentaria apenas de maneira externa como para a Cepal. Assumindo o capitalismo latino-americano uma forma plenamente madura (e não insuficiente), internamente encontrou maneiras de se reproduzir através do Estado e de suas classes dominantes. Esta compreensão não colocaria o imperialismo apenas como um fator externo e alheio à América Latina, mas também como fruto de determinações internas. Para Santos:

Enfocar la dependencia como una condición que configura cierto tipo de estructuras internas, significa tomar el desarrollo como fenómeno histórico mundial; como resultado de la formación, expansión y consolidación del sistema capitalista en los países hoy desarrollados y sus resultados en los países por él afectados. Pero no se trata de tomar estos resultados como simples ‘efectos’ del desarrollo capitalista, sino como su parte integrante y determinante (SANTOS, 1972 [1970], pág. 40).

Dessa forma, a reprodução concreta das formas de dependência seria uma articulação entre os interesses dominantes nos centros e os interesses dominantes nas sociedades dependentes, respaldada interiormente nos setores nacionais que se beneficiariam dela. Para Vânia Bambirra, trata-se de analisar as estruturas de classe e as relações de produção que se conformam na América Latina “*sem ignorar que estão por sua vez inseridas no desenvolvimento do capitalismo mundial*” (BAMBIRRA, 2012 [1973], pág.19).

Nesta perspectiva, o atraso produtivo latino-americano estaria

condicionado à sua própria inserção no desenvolvimento do capitalismo mundial e na busca por lucros, sendo causa e consequência do desenvolvimento nos países centrais (Ibidem). Mais a frente Santos complementa:

La dependencia es, pues, el modo específico de la producción capitalista en nuestros países. Es, también, la forma en que se estructuran nuestras sociedades. La dependencia es la situación que condiciona nuestro desarrollo y le da una forma específica en el contexto mundial – la del desarrollo capitalista dependiente (SANTOS, 1973 [1972], pág. 43)

A dependência não seria entendida como algo apenas exógeno a realidade periférica – como compreendida naquele período – e de nossa exclusiva responsabilidade, mas como um fator que condiciona as estruturas internas destes países de tal maneira a nos fazer dependentes desde nossa própria objetivação dentro do processo histórico de integração da América Latina à economia mundial. Vale ressaltar que este importante passo teórico realizado pela TMD só foi possível graças ao fracasso do desenvolvimentismo como uma possibilidade de rompimento com os laços da dependência.

Isto posto, e a partir da compreensão da dependência como categoria crucial da conformação sócio-econômica latino-americana, a qual desvenda o condicionamento externo e a dinâmica da estrutura interna dentro de um processo dialético, passaremos a analisar um conjunto específico de países latino-americanos que primeiramente se industrializaram. Para tal feito, seguiremos a divisão estabelecida por Vânia Bambirra em seu livro “O capitalismo dependente latino-americano” (1973), que buscava a caracterização da classe dominante na América Latina pela investigação das peculiaridades da burguesia latino-americana, tanto em sua unidade, quanto em sua diferenciação, bem como quais projetos teriam oferecido à população da periferia, considerando suas posições na DIT (BAMBIRRA, 2012 [1973]).

Embora Bambirra faça uma análise de todos os países da América Latina, este trabalho analisará apenas com a tipologia histórico-estrutural³⁵, denominada pela autora como “países de tipo A”: Argentina, Brasil, Chile,

³⁵ Categoria proposta pela autora para explicar as leis de movimento de estruturas específicas historicamente condicionadas (BAMBIRRA, 2012 [1973] pág. 40 e 41).

Colômbia, México e Uruguai. Sendo a indústria manufatureira o ponto de conformação/efetivação da DIT, na qual qualquer sociedade a nível mundial passou a ser ditada pela Revolução Industrial, o esforço em relação a estes países será revelar o sentido da complementação intra-setores (agroexportador ao industrial) e suas possibilidades estruturais exercida dentro do período de início de suas atividades industrializantes³⁶.

Para a autora, embora a situação de dependência esteja fundamentada para o conjunto dos países latino-americanos, é indispensável estabelecer novas categorias analítico-explicativas das formações sócio-econômicas latino-americanas para “definir o caráter *condicionante concreto* que as relações de dependência entre centro-hegemônico e países periféricos tiveram no sentido de conformar determinados tipos específicos de estruturas econômicas, sociais e políticas atrasadas e dependentes” (BAMBIRRA, 2012 [1973] pág. 38, grifos da autora).

O ponto de partida de análise deste conjunto de nações será a predominância do setor primário-exportador junto a um processo de industrialização em expansão desde o fim do século XIX e início do século XX. Bambirra, citando Celso Furtado (2007, [1969]), aponta que “no período entre 1900 e 1905, o setor industrial na Argentina já contribuía com 18% do produto interno, e no México com 14%”.

No Brasil, segundo Rodrigues (2010), a partir de dados do Centro Industrial do Brasil, já em 1913 a indústria de bens de consumo popular atendia à maior parte da demanda da crescente urbanização: o equivalente a 82% dos tecidos, 68% das bebidas, 43% dos produtos farmacêuticos e quase 100% dos calçados.

Esta primeira fase de industrialização seria fortemente impulsionada em grande medida pela Primeira Guerra Mundial, (com a diminuição da oferta de produtos no comércio mundial) tendo se concentrado basicamente em produzir

³⁶ As outras duas divisões da autora são os países de “Tipo B”, cuja industrialização foi fruto da integração monopólica depois da segunda guerra mundial (Peru, Venezuela, Equador, Costa Rica, Guatemala, Bolívia, El Salvador, Panamá, Nicarágua, Honduras, República Dominicana e Cuba) e os de “Tipo C”, com estrutura agrário exportadora sem diversificação industrial (Haiti, Paraguai) (BAMBIRRA, 2012 [1973]).

alguns itens (bens populares) que eram antes importados. Entretanto, os bens requerentes de maior capital e complexidade continuavam a ser importados para atender à demanda das camadas mais altas da sociedade.

Nesta ocasião, a agricultura para exportação constituía basicamente a estrutura produtiva destes países, na medida em que os investimentos voltados para a industrialização não buscavam abrir novas unidades de produção, mas intensificar o que já era produzido³⁷. Apesar de uma produção para o consumo interno de bens populares, este seria o período caracterizado pela dependência *financeiro-industrial*, na qual o investimento se concentrou majoritariamente na produção de matérias-primas para consumo do centro do capitalismo (SANTOS, 2011 [1970], pág. 8).

A indústria iniciada enfraquecidamente a partir do fim do século XIX cumpriria um papel complementar ao setor de exportação, revelando que os interesses das frações de classe agrário-mercantil e industrial naquele momento, coincidiam – ao contrário de se repelirem. Nas palavras de Bambilra:

A partir desta situação (contenção de importações) foram criadas as condições para a utilização das divisas obtidas mediante a exportação dos produtos do setor primário (agrícola ou de mineração, conforme o caso), orientado-as para a importação de equipamentos, máquinas e matérias-primas necessárias para a instalação de fábricas no território nacional, destinadas à produção de bens anteriormente importados (BAMBIRRA, 2012 [1973] pág. 63).

Segundo Marini, por mais significativo que tenha sido este desenvolvimento industrial, não teria conformado uma economia na qual a industrialização passasse a ser o sentido da acumulação de capital. Ao contrário, este início de produção industrial continuaria subalterno à produção e exportação de bens primários (MARINI, 1973).

Analogamente, teria se gestionado nos países aqui trabalhados um pequeno mercado interno fruto do aparecimento de relações tipicamente capitalistas, e articuladas aos setores chaves da economia primário exportadora

³⁷ Analogamente, observa-se a baixa diversificação da pauta exportadora, que gerava efetivamente uma vulnerabilidade externa ao setor exportador, por este ficar a mercê dos desequilíbrios do mercado.

(impulsionados por sua vez pela Segunda Revolução Industrial e sua necessidade de um novo ciclo de expansão capitalista) que tornou possível o aproveitamento da conjuntura internacional³⁸, visando o desenvolvimento industrial através do Processo de Substituição de Importações (PSI) (BAMBIRRA, 2012 [1973] pág. 65).

Esta intensificação do sistema produtivo periférico visaria, por um lado, o aumento da produção de matérias primas para exportação e, por outro, a ampliação dos mercados internos para que pudessem absorver maior quantidade de produtos manufaturados. Ou seja, as capacidades produtivas da periferia seriam novamente reestruturadas de acordo com as demandas do centro.

Este incremento modernizante introduziria um conjunto de novas atividades complementares ao redor do setor exportador, como transporte e comunicação, que contribuíram para um aumento da demanda da força de trabalho e atenderam provisoriamente as necessidades de formação e incremento do mercado interno³⁹. Esta integração entre diversos setores que contavam com uma base econômica real foi decisiva para a indústria passar a liderar o processo de desenvolvimento destes países dependentes. Entretanto, tal feito só teria sido possível graças a um compromisso entre a burguesia industrial, os latifundiários e velhos grupos comerciantes para proporcionar as bases objetivas desta reformulação, a partir do fornecimento de divisas para a intensificação do

³⁸ Crise da economia central, com seu auge em 1929, e diminuição da capacidade de importações.

³⁹ “(...) o mercado interno existente era restrito por quatro fatores: (1) a maior parte da renda nacional derivou-se da exportação, e era usada para adquirir os insumos necessários para a mesma (escravos, por exemplo) ou artigos de luxo consumidos pelos proprietários das haciendas e das minas e pelos funcionários mais abastados. (2) A força de trabalho disponível estava sujeita a formas muito severas de superexploração, o que limitava sua capacidade de consumo. (3) Parte do consumo destes trabalhadores era suprida pela economia de subsistência, que funcionava como um complemento de sua renda e como um refúgio em períodos de depressão econômica. (4) Países em que as terras e as jazidas estavam nas mãos de estrangeiros (casos de economia de enclave): uma grande parte do excedente acumulado destinava-se a ser remetida ao exterior sob a forma de lucros, limitando não apenas o consumo interno como também as possibilidades de reinvestimento” (BARAN, 1967 apud SANTOS 2011 [1970], grifos do autor).

processo de industrialização.

Por sua vez, o crescimento com base no referido compromisso teria desencadeado fatores inflacionários que, por um lado, geravam um maior excedente econômico e, por outro, elevavam os preços dos produtos industriais importados, garantindo o escoamento dos produtos industriais internos. Dessa maneira, a indústria nascente dos países de tipo A englobava a demanda dos trabalhadores do setor exportador pelos produtos nacionais, visto que a demanda dos capitalistas deste setor funcionava como um prolongamento dos mercados centrais.

Isto demonstra que, sendo impulsionada através do PSI, a intensificação da produção contribuiu para aumentar o exército industrial de reserva (através do fluxo migratória do campo para as cidades), bem como o divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades de consumo das massas, na medida em que eram importados produtos destinados às classes médias e altas, ao mesmo tempo em que se reduzia o poder de compra dos grupos de menor renda. Em relação às indústrias voltadas ao mercado interno, a classe operária tornou-se um ponto de apoio para a intensificação das mesmas⁴⁰, dada a falta de pressões externas advindas da concorrência das trocas mundiais e do fato de não necessitarem arcar com o custo do frete (BAMBIRRA, 2012 [1973] pág. 72).

A análise deste processo de modernização da capacidade produtiva, tal como a ascensão de outros setores de complementação, nos permite evidenciar que, embora a periferia tivesse modificado seu eixo de acumulação de agro-exportadora para industrial, este setor nasceria diretamente vinculado ao setor exportador e às demandas diretas das economias centrais. Para Marini (2012 [1966]), o fato do setor industrial destas economias dependentes terem se conformado inicialmente em direção ao mercado interno, bem como a necessidade de divisas para a viabilização e continuação do processo de industrialização, constitui o eixo da cooperação antagônica entre este setor e o setor exportador.

Efetiva-se, assim, o que Marini denominou de “industrialização

⁴⁰ A intensificação da urbanização, vinda destes setores complementares a exportação também seria um imponente incentivo às indústrias voltadas ao mercado interno.

dependente”, na qual o setor industrial dependeria de divisas do setor exportador para continuar o processo. Em outras palavras, como um dos mecanismos para obter divisas provém dos saldos favoráveis com o comércio mundial, o setor manufatureiro (que se destinava ao mercado interno e não adquiria divisas com o intercâmbio mundial), passaria a depender, grosso modo, do investimento do setor agroexportador, que, por não haver modificado suas estruturas produtivas, continuava exportando produtos primários e ainda contava com excedente econômico⁴¹. Segundo Marini (2012 [1969]),

É este mecanismo que explica a possibilidade de um pacto em benefício mútuo entre a burguesia agrário-mercantil e a burguesia industrial ascendente, a despeito de alguns eventuais desajustes em suas relações. O Estado que assim se estabelece é um Estado de compromissos, que reflete a complementaridade objetiva que cimentava suas relações (pág. 56).

A conformação dessa nova classe (burguesia industrial), nascente no interior da oligarquia é parte de todo o processo condicionante da estrutura da dependência. De acordo com Vânia, o aparecimento dessa classe “*é também, ao mesmo tempo e dialeticamente, seu elemento ativo e criador. Isto é, mesmo que a história seja feita pela ação movida pelos interesses de classe, a formação de uma nova classe é fundamentalmente um produto de condições concretas estruturalmente condicionadas*” (BAMBIRRA, 2012 [1973] pág. 76).

A contradição do desenvolvimento capitalista dependente produziria a conformação de uma nova classe como um produto do desenvolvimento da DIT, mas também como uma tentativa de sua superação. Em suas palavras:

(...) é o funcionamento do capitalismo mundial que, ao especializar as economias periféricas como monoprodutoras, provoca sua modernização, o que,

⁴¹ Theotônio dos Santos destaca três características desta complementação em relação ao papel exercido pelo setor exportador a este processo, são elas: “a) fuente de ingresos de divisas para la importación de maquinarias y materias primas esenciales a la industrialización; b) principal sector consumidor interno de los productos industriales y, por tanto, esencial a su desarrollo; c) fuente de capitales para la inversión industrial, que representaba una apertura fundamental para las inversiones de los sectores primario y comercial en crisis (SANTOS, [1972], 1973, pág. 53).

por sua vez, gera os elementos para a diversificação da produção através do desenvolvimento da indústria, uma diversificação que conduz à superação da especialização e da divisão internacional do trabalho sob as formas existentes até então, afirmando assim a lei do desenvolvimento desigual e combinado (Ibidem, pág. 77).

Outra perspectiva da contradição seria evidenciada à burguesia industrial na medida em que, embora tivesse uma relativa e crescente autonomia da indústria em relação à exportação, suas necessidades de financiamento para a continuidade de seu processo de expansão provinham desse setor. Dadas às estruturas dependentes e a conformação agroexportadora latino-americana, esta dependência do setor industrial seria uma dependência em relação ao próprio desenvolvimento capitalista mundial – sendo o setor agroexportador dependente de sua inserção nas trocas mundiais.

A especificidade descrita poderia ser apontada como um “sistema oligárquico burguês”, na medida em que há uma complementação entre os capitais gerados no setor exportador em direção ao setor industrial (via créditos bancários ou subsídios estatais) e “também porque, em grande medida, o surgimento dos empresários industriais é produto da simbiose de setores da oligarquia (latifundiária, mineradora ou comercial exportadora) com setores industriais” (BAMBIRRA, 2012 [1973] pág. 80).

Por esta necessária complementação, de acordo com Bambirra e Marini, nunca teria ocorrido na América Latina uma Revolução Burguesa nos moldes da europeia (a exemplo da Francesa), que contou com um forte e violento rompimento com o setor oligárquico⁴². O que houve na América Latina, e especificamente nos países dependentes de tipo A, foi uma ascensão

⁴² “O fato que mais chama a atenção é o caráter relativamente pacífico que o trânsito da economia agrária para economia industrial assume na América Latina, em contraste com o que ocorreu na Europa. Isto fez com que muitos estudiosos mantivessem equivocadamente a tese de que a revolução burguesa latino-americana ainda está por se realizar. Ainda que fosse correto dizer que a revolução burguesa não se concretizou na América Latina segundo os cânones europeus, este argumento é enganoso, pois não considera adequadamente as condições objetivas dentro das quais se desenvolveu a industrialização latino-americana” (MARINI, 2012 [1969] pág. 55).

da burguesia segundo as particularidades do capitalismo dependente⁴³.

Entretanto, para ambos houve um período possível de ser caracterizado como uma revolução burguesa na periferia, onde se realizou uma tentativa de desenvolvimento econômico nacional – e controle político – sustentado por um acordo entre as classes médias, pequena burguesia e campesinato. Este momento específico teria sido possível devido à alta demanda a nível mundial de matérias-primas e também por ser o momento exato que a Europa passava por duas grandes guerras que objetivavam redefinir o controle das matérias primas e mercados. Ou seja, com a dominação imperialista mais presente nos setores primários, as condições de desenvolvimento para a indústria nacional ficariam abertas ao desenvolvimento (Ibidem, 2012 [1973]).

Convém salientar que esta discussão relaciona-se não somente com os produtos que estes países produziam, mas, de maneira igualmente determinante, *como* e em *que circunstâncias* foi possível esta produção. Ou seja, quais seriam as condições materiais que fizeram possíveis a industrialização.

Os países que já contavam com um relativo mercado interno (tipo A) puderam aproveitar esta conjuntura e desenvolvê-lo em paralelo ao setor exportador. Seria nesta fase o momento em que a burguesia industrial pode se afirmar como classe empreendedora capaz de se aproveitar das circunstâncias e de oferecer seu projeto à sociedade – mas sempre em coexistência com os limites externos e da dependência. Neste sentido, a burguesia industrial tentaria mudar as bases de poder (tentando canalizar para si a decisão sobre a política industrial dos países, bem como o excedente do setor exportador), sobrepondo-se sobre a burguesia latifundiária-mercantil sem entretanto almejar a quebra da colaboração vigente⁴⁴.

O esforço desta mudança se relaciona também com a necessidade

⁴³ “Na América Latina, pelo menos desde que se consolidou a conquista e os espanhóis destruíram os impérios Inca e Asteca, o curso do desenvolvimento do capitalismo não implicou a liquidação radical dos modos produção que o precederam, mas sim sua superação descontínua e lenta, desde formas mais primitivas, até formas mais elaboradas” (BAMBIRRA, 2012 [1973] grifos da autora pág. 78).

⁴⁴ No Brasil, por exemplo, efetivando este múltiplo apoio e com vistas à ampliação do mercado interno para escoamento dos produtos da indústria em expansão, Getúlio Vargas propõe uma forte expansão econômica para ampliar o emprego e a distribuição

do avanço industrial no campo (para impulsionar o mercado interno), em contraposição ao monopólio da terra. Entretanto, de acordo com Bambirra, a “revolução burguesa” não pôde atender esta reivindicação:

Por um lado, se do ponto de vista dos interesses do desenvolvimento da indústria a estrutura fundiária deveria ser subvertida para expandir o mercado interno, por outro lado a burguesia industrial não foi capaz de questionar profundamente a existência da oligarquia latifundiária, pois a industrialização necessitava do sistema oligárquico como condição para sua existência. Do setor primário chegavam os capitais para a indústria e do campo chegava a mão de obra, que era expulsa para a cidade. O capitalismo industrial postergou para o futuro o enfrentamento e a resolução do problema agrário. Isso foi possível através da intensificação da exploração dos mercados urbanos (BAMBIRRA, 2012 [1973] pág. 84).

Os interesses fundamentais da burguesia industrial seriam conduzidos, neste momento, por movimentos político-sociais de caráter conciliatório⁴⁵, que visavam questionar a participação no poder e maiores possibilidades para o aumento da capacidade produtiva⁴⁶. Entretanto, os limites e possibilidades de efetivação destas metas nunca chegariam a reverter o quadro de dominação *burguesa-oligárquica* presente nestes países, sendo esta a estrutura e o modo de funcionamento característico das classes dominantes (e do próprio capitalismo dependente) dos países aqui selecionados.

O compromisso com os interesses de várias classes e setores é, portanto, a condição para que a hegemonia burguesa-industrial se torne efetiva. Tal compromisso se expressa através da sobrevivência das oligarquias (...) como parte das classes dominantes e da manutenção do poder econômico-oligárquico e de suas formas de expressão política – que, em geral, não são questionados em profundidade e que, mesmo debilitados devido à

de renda e com isso criar uma “zona de interesses comuns”.

⁴⁵ Calles ou Cárdenas no México, Vargas no Brasil Alessandri no Chile, de Batle y Ordóñez no Uruguai e Perón na Argentina (BAMBIRRA, 2012 [1973]).

⁴⁶ As aspirações da classe média encontravam-se em sua incorporação ao sistema econômico que poderia ser resolvido com o desenvolvimento industrial. Por este motivo, passam a questionar firmemente o poder oligárquico.

perda de sua hegemonia, seguem mantendo sua vigência (BAMBIRRA, 2012 [1973] pág. 92).

Embora tivessem ocorrido políticas econômicas e tentativas sociais que ensejasse um projeto de desenvolvimento autônomo por parte da burguesia industrial, houve limites que ao fim e ao cabo nos remetem aos laços de dependência externo, bem como sua internalização a partir das sustentações dominantes que foram possíveis de serem construídas nestes países.

Desta forma, a busca ao desenvolvimento autônomo é uma interrogativa que perpassa o contexto do surgimento das primeiras análises da teoria marxista da dependência e, deste próprio trabalho. Se a dependência não é um fenômeno apenas externo, que se impõe somente através de interesses estrangeiros, mas também se evidencia internamente nas sociedades periféricas e, se não houve rupturas capazes de romper com os laços da dependência, a busca por um modelo de desenvolvimento autônomo pautado no desenvolvimento da indústria e do mercado interno (processo de substituição de importações) apenas reformulou o ciclo do capital dependente (economia exportadora), dirigindo-o ao mercado externo. Para Theotonio, isso ocorreria em uma compreensão da dependência em um nível muito mais enraizado:

Al constatar que ese tipo de ‘desarrollo’ no nos liberaba de la dependencia, sino que, al contrario, nos convertía en objeto de un nuevo tipo de dependencia en que el capital extranjero se concertaba con el sector más dinámico que produce para el mercado interno de nuestros países, se constató también que la dependencia era algo mucho más profundo, ligado a los mecanismos internos de funcionamiento de nuestras sociedades (SANTOS, 1972, pág. 7-8).

Neste mesmo sentido, a fase que demonstrou a possibilidade de uma Revolução Burguesa e de um período de desenvolvimento industrial também teria sido o período de crise do capitalismo central (1890 a 1945). A partir do momento em que a repartilha econômica e política do mundo é reconfigurada com a hegemonia dos EUA⁴⁷, a integração mundial ao imperialismo condiciona

⁴⁷ “A partir do pós-guerra, na América Latina a situação condicionante é o processo de integração do capitalismo periférico ao capitalismo hegemônico – especialmente aos

um novo rumo à completa desnacionalização das classes dominantes nas economias do tipo A, minando qualquer possibilidade de mudanças econômico-sociais que ainda restasse⁴⁸.

Apresentaremos em seguida como se efetivou esta integração do capital nacional ao capital estrangeiro, e como este feito levou a um imbricamento que não seria possível reverter de maneira simples.

4. A tendência à desnacionalização das burguesias

Seria a partir do fim da II Guerra Mundial que se intensifica o conflito entre as bases da complementação dos setores agroexportador e industrial. Com a baixa absorção de matéria-prima pelo mercado mundial, o setor exportador já não conseguia oferecer ao setor industrial a quantia necessária de divisas para avançar com o processo de industrialização para fases mais complexas, como a produção de máquinas e equipamentos. Ademais, a inflação⁴⁹ – sendo um mecanismo limitado – não criava mais uma elevação efetiva da rentabilidade dos investimentos na indústria, chegando ao seu esgotamento como mecanismo impulsionador dos lucros. De acordo com Osório:

(...) O montante de investimentos para estas indústrias tinha que ser maior, o que implicava reduzir as quantias destinadas ao consumo suntuário das classes dominantes, maior controle sobre os salários, maiores empréstimos e

Estados Unidos –, através do novo caráter que as relações econômicas internacionais assumem em função das mudanças substanciais no funcionamento do sistema capitalista mundial, como consequência da guerra na economia estadunidense. Este novo caráter se deve à expansão dos consórcios monopolistas multinacionais, como resultado de todo um complexo processo de concentração, monopolização e centralização ocorrido na indústria dos Estados Unidos” (BAMBIRRA, 2012 [1973] pág. 55).

⁴⁸ A capacidade de propor um caminho próprio é o que definiria o caráter nacional da classe dominante dependente, mesmo que não significasse a superação da dominação imperialista (BAMBIRRA, 2012 [1973]).

⁴⁹ Na estrutura dependente do capital, seria a inflação, bem como políticas salariais e de crédito, as medidas realizadas na tentativa de readequar a circulação devida a incapacidade de um mercado interno dinâmico voltado a produção industrial. Essas medidas, por sua vez, se traduziriam em uma transferência de recursos das esferas baixas para as esferas médias e altas (MARINI, 1973 [1972]).

redução de juros por parte dos bancos de desenvolvimento e privados, assim com aumentar as transferências do setor exportador à indústria, o que alimentava conflitos entre classes e setores das classes dominantes (OSÓRIO, 2016, pág. 519).

Com a vitória dos Estados Unidos e da URSS na Segunda Guerra Mundial, as possibilidades de financiamento das importações necessárias à continuação da industrialização se modificaram. Evidenciou-se uma tendência à deslocalização produtiva por parte do Imperialismo, na medida em que se ampliam as possibilidades de acumulação de capital e de concentração monopolística (MARINI, 2012 [1969]). Todo excedente de capital teria que ser exportado a outras regiões e a setores promissores para o investimento estrangeiro, reorganizando a Divisão Internacional do Trabalho sob a nova hegemonia.

Como assinala Santos (2011, [1970], pág. 8), em sua tentativa de categorizar as forma históricas da dependência, este seria um período de *submissão tecnológica-industrial*, na qual as multinacionais passaram a investir em indústrias voltadas ao mercado interno dos países subdesenvolvidos.

Não se deve esquecer que no primeiro momento o setor I (bens de produção) e o setor II (bens de consumo manufaturados) são realizados nos países centrais. Com a intensificação da industrialização nos países de tipo A, apenas o setor II passa a ser impulsionado nestes países. Dessa forma, ao desestimular a produção do setor I, limita-se à periferia a condição de importadora de máquinas para continuação de seu processo produtivo. A partir dos anos 1950, o setor I passa a ser instalado nestes países latino-americanos, mas a produção segue dependente de máquinas e equipamentos estrangeiros com maior capacidade tecnológica (BAMBIRRA, 1972). Nas palavras de Bambirra, isso significa que:

Esta maquinaria, a partir de este periodo, no llega como mercancía-maquinaria sino como capital-maquinaria, es decir, bajo la forma de inversiones directas extranjeras. Esta es la especificidad de la reproducción dependiente del sistema: la acumulación de capitales pasa por el exterior

a través de la importación de maquinaria; luego, cuando ésta empieza a ser producida internamente — sólo en algunos países y con muchas limitaciones pues los sectores de punta, como electrónica, energía nuclear, etcétera, son monopolios de los países más desarrollados —, está controlada directamente por grupos extranjeros, y si bien ya empieza a suplir las necesidades de máquinas del sector II — que por cierto también pasa a ser controlado en gran parte por el capital extranjero — sigue dependiendo de la maquinaria-capital del sector I de los países capitalistas desarrollados (pág. 28).

Dessa maneira, como os países de tipo A encontravam-se em processo de industrialização, o centro hegemônico passaria a aumentar o volume de seus investimentos nestes países, particularmente na indústria de bens duráveis, que logo se somariam ao Investimento Externo Direto proveniente dos EUA e de diversos países da Europa Ocidental, em franco processo de reconstrução⁵⁰. Com uma base industrial relativamente desenvolvida, as multinacionais puderam se expandir internamente, significando, dentre outros fatores, um aumento da taxa de exploração no interior da economia.

Em paralelo, havia tentativas de impulsionamento da industrialização e do mercado interno, necessários ao escoamento desta produção. São exemplos disso a distribuição de renda efetuada principalmente por Perón e Vargas (1950-1954), que objetivavam ampliar a escala de mercado, introduzindo barreiras alfandegárias para defender o mercado nacional e o consumo interno, mesmo que prejudicando o setor exportador.

Em contraposição, ampliar o mercado interno demandaria mais capital para investir e, portanto, mais transferência do excedente econômico do setor exportador para o industrial, culminando na diminuição relativa da parcela

⁵⁰ (...) “esses bens (maquinários e equipamentos) não estão livremente disponíveis no mercado; eles são patenteados e, usualmente, pertencem às grandes companhias. Estas não vendem maquinários e matérias-primas processadas como mercadoria simples: elas exigem o pagamento de royalties etc. para essa utilização ou, na maioria dos casos, convertem tais bens em capital, introduzindo-os sob a forma de seus próprios investimentos. Desse modo o maquinário que é substituído nos centros hegemônicos por tecnologias mais avançadas é enviado a países dependentes como capital para a instalação de afiliadas” (SANTOS, 2011 [1970], pág.12).

da mais-valia recebida pelo setor agrário ou, alternativamente, em uma maior entrada de capitais estrangeiros. Aqui cabe uma ponderação em relação ao problema do mercado interno na conformação capitalista dependente.

Como já visto, a industrialização teria se intensificado devido ao surgimento de setores complementares a este processo, majoritariamente vinculados aos mercados urbanos em ascensão. A necessária complementaridade para levar a cabo este projeto, limitou a expansão da indústria para os mercados rurais e, assim, o próprio processo de abertura de novos ramos de produção. De acordo com Bambirra, foram acionados diversos procedimentos na tentativa de solucionar tal problema, entre eles:

1. A intensificação do controle monopólico dos mercados existentes, que permite fixar os preços em níveis suficientemente altos para contra-arrestar o aumento dos custos de produção que advém da capacidade ociosa existente;
2. A contenção dos salários, que significa submeter a classe operária a uma intensa exploração, compensando em parte a subutilização da capacidade produtiva instalada;
3. O aumento das exportações;
4. A utilização do recurso ao subsídio e ao financiamento estatal (BAMBIRRA, 2012 [1973], pág. 78).

Entretanto, o capitalismo dependente continuaria se reproduzindo sem a realização da reforma agrária. A colossal concentração da grande propriedade de terra, bem como o interesse dos latifundiários na manutenção de suas propriedades, acabaria por limitar a expansão do mercado interno e, por conseguinte, o próprio processo de industrialização e desenvolvimento destes países. Para Santos (2011 [1970]), a estrutura produtiva periférica, (bem como a não penetração da indústria no campo), desenvolvida a partir da própria determinação da dependência, limitaria o crescimento do mercado interno.

É por isso que, tanto para Bambirra, quanto para Marini, os latifundiários constituem-se a classe mais conservadora da sociedade dependente e também o setor-chave da economia. Além do financiamento ao setor industrial, este setor contribuiu para uma grande reserva do exército de mão de obra rural que, ao ser expulso do campo pelas más condições de trabalho e de vida, aceitou trabalhar

A saída histórica à deficiência do mercado interno se limitaria a um reformismo que, através de medidas modernizantes e reformas parciais, buscaria ampliar o mercado interno e silenciar os conflitos sociais do campo. Por outro lado, a burguesia industrial retiraria do trabalhador qualquer capacidade de acumulação de capital ao aplicar o ajuste salarial e restrição do crédito a pequenas indústrias. Além disso, o Estado assumiria o papel de criador de um mercado estatal (principalmente com obras de infraestrutura mais sofisticadas) no intuito de garantir uma demanda estatal para a indústria (MARINI, 1972).

Este mecanismo ofereceria possibilidades de solucionar o problema apenas em curto prazo, dado que o desenvolvimento capitalista necessita de outras maneiras de acumulação e reprodução do capital – e de circulação de mercadorias – que não sejam supridas pela demanda estatal. Grosso modo, estes fatores teriam gerado as bases para que a burguesia industrial começasse a se esbarrar com a burguesia latifundiária-mercantil e para que aquela buscasse cada vez mais sua integração ao capital estrangeiro. Nas palavras de Marini:

(...) cuando esta burguesía intenta superar las limitaciones con las cuales choca el desarrollo capitalista, tiene que someterse aún más al capitalismo internacional, tiene que abrir realmente el país a la inversión extranjero, tiene que promover la integración del sistema productiva nacional con el sistema productivo de los países capitalistas centrales. Y solamente a partir de allí le es posible pensar en mantener su proceso de acumulación de capital. En otras palabras, la acumulación de capital en los países dependientes conlleva necesariamente la desnacionalización del país dependiente, conlleva necesariamente la imposibilidad de un desarrollo capitalista autónomo (MARINI, 1972, pág. 11).

Isto nos faz perceber que a burguesia industrial, em busca de divisas para continuar a industrialização, não apostaria mais no setor exportador como solução para o problema, passando a aceitar declaradamente a entrada de grupos estrangeiros na economia, em renúncia à “política nacionalista”. A abundância de capital a nível internacional, junto à transferência aos países periféricos de maquinário obsoleto produzido durante as guerras, garantiria esta mudança na

orientação da burguesia industrial⁵¹. Cabe ressaltar a enorme facilidade que o capital estrangeiro encontraria em sua entrada aos países periféricos, como, por exemplo, no que se refere à isenção de controles de câmbio, financiamento para os locais de instalação de indústrias (isso quando não há um fornecimento gratuito destes locais), disponibilização de empréstimos a partir de bancos privados e nacionais, remessas de lucros sem tributação, entre outros⁵².

Considerações Finais

A questão da burguesia latino-americana como um ator social que teria contribuído para a consolidação do capitalismo dependente ocupou um lugar de destaque nas reflexões da TMD. Motivados pelas principais controvérsias estabelecidas tanto nas Ciências Sociais dos anos 1960 e 1970, quanto no bojo dos partidos comunistas, os clássicos dependentistas buscaram estabelecer uma adequada caracterização teórico-metodológica que contribuiu para desvendar a essência da conceitualização dos capitais operantes nos países periféricos.

Para os autores, as possibilidades de intervenção política e econômica da burguesia industrial dos países selecionados no desenvolvimento de seus processos industrializantes estaria subalterna a produção e exportação de bens primários. Nota-se com isso um destaque do objeto a partir da premissa de que a estrutura produtiva que se adequou à valorização sinalizada pelo padrão agroexportador, com suas determinações internas e externas, determinaria, por sua vez, a capacidade de atuação da burguesia industrial em referência ao

⁵¹ “La comprensión de este proceso de reproducción dependiente es crucial para vislumbrar las limitaciones específicas y objetivas del desarrollo del capitalismo dependiente sobre todo cuando se logra percibir cómo actúan sobre él los mecanismos acumulativos de la dependencia como son la descapitalización, provocada por las múltiples formas de remesas de ganancias, los consecuentes déficits de las balanzas de pagos, la necesidad creciente de nuevos préstamos y “ayudas” del capital extranjero, y su resultado: el crecimiento del servicio de la deuda, un déficit progresivo y el círculo vicioso de la necesidad de más capital extranjero” (BAMBIRRA, 1978).

⁵² “(...) a razão entre capital remetido e novos ingressos na América Latina gira em torno de 2,7 no período entre 1946 e 1967 – ou seja, para cada dólar que entra, 2,7 dólares saem. Na década de 1960, essa razão praticamente dobrou, e, em certos anos, foi consideravelmente maior” (SANTOS, 2011 [1970], pág. 13)

latifúndio. Deste modo, seria esta relação a qual viria desvendar a existência de uma complementação intersetorial, induzida pelo Estado, a partir da drenagem de capital do setor agrário exportador para o setor industrial.

Esta condição necessária para preservação de ambos interesses resultaria em uma aliança de poder não antagonica, a qual sempre buscaria o estabelecimento de uma política viável e praticável de hegemonia econômica sob as classes inferiores - neste período essencialmente rurais. Cabe ressaltar que, durante o período estudado, a manutenção deste “acordo” em nenhum momento tentou romper definitivamente com as bases de poder vigentes.

Neste sentido, a especificidade da dependência, no que concerne ao comércio mundial, ao condicionar a estrutura produtiva dos países selecionados, necessitava, como única maneira de levar adiante o processo de industrialização, de um processo de acumulação em larga escala, que por motivos já expostos, viria da agricultura para exportação. Seria este o grande dinamizador de qualquer possibilidade de projeto industrializante, pois possibilitaria a importação de bens de capital e intermediários, indispensáveis a qualquer tentativa de industrialização⁵³.

Esta “complementaridade objetiva”, como denominou Marini, ao ter nas exportações da agricultura a única saída para reprodução das atividades industriais, garantiria neste novo eixo de acumulação de capital a sustentação do domínio através da atuação essencial da base latifundiária, sempre na perspectiva de incluí-la de maneira participe do processo de crescimento econômico. Constata-se, à vista disso, que a burguesia industrial não desistiu, renunciou ou largou o poder para os grandes proprietários, mas sim esteve lado a lado destes em todas as circunstâncias levantadas, em prol tanto de sua capacidade de existência e reprodução, como de controle das classes subalternas⁵⁴.

Se por um lado, as exigências da industrialização, sempre em

⁵³ Os baixos salários também se encontram como um dos dinamizadores do processo de industrialização latino-americana. No entanto, para nós não teria sido o motivo central e determinante para este processo.

⁵⁴ Novamente, cabe recordar que essa afirmação não exige que este processo tenha se efetuado sem conflitos de qualquer ordem entre estas duas frações da classe dominante latino-americana.

processo crescente, pleiteavam cada vez mais capital do setor agrário, gerando a inevitabilidade de uma maior exportação de bens primários para suprir as necessidades requeridas, por outro, ao nível das trocas mundiais, o menor preço relativo dos produtos primários em relação aos manufaturados no mercado internacional, similarmente, exercia um papel no sentido da necessidade em aumentar internamente a produção e exportação dos produtos primários⁵⁵. Evidencia-se, assim sendo, uma dupla exigência pela expansão das atividades agrário-exportadoras no período analisado.

Práticas como confisco cambial e barreiras aduaneiras foram utilizados como formas do Estado apropriar-se de receitas cambiais em moeda estrangeira auferidas das exportações, ou encarecer a importação de bens e serviços procedentes do exterior, como maneira de canalizá-las ao fomento da produção nacional, a partir de ajudas fiscais e creditícias. Outras possibilidades de garantir o avanço industrializante seria o investimento estrangeiros externos, bem como investimentos privados nacionais.

Portanto, nota-se que além das medidas compensatórias que vislumbravam o estímulo industrializante, o caráter condicionante da estrutura produtiva de países dependentes corroborou para a exigência da expansão das atividades agrário-exportadoras. Ou seja, os países de tipo A tiveram que aumentar gradativamente sua produção agroexportadora para levar a cabo a industrialização dependente, o que serviu para aumentar o poder de influência política e econômica da burguesia latifundiária e minar as possibilidades da burguesia industrial forjar qualquer tentativa de desenvolvimento capitalista autônomo.

Referências Bibliográficas

ARRUDA, Pedro Gustavo Fernandes Fassoni. **O “fazer-se” da burguesia industrial no Brasil: possibilidades históricas e obstáculos para o exercício**

⁵⁵ Isso quer dizer que as trocas realizadas pela América Latina, e mais especificamente pelos países mencionados, os obrigariam a comprar determinados tipos de meios de produção, que por sua vez estariam determinados por certos níveis de produtividade em sua relação com a força de trabalho.

da hegemonia burguesa (1930-1954). Dissertação de mestrado. UNESP, 2003

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano.** Florianópolis: Insular, [1973], 2012.

Teoría de la dependencia: Una anticrítica. Editorial ERA, México, 1978. pp. 115.

BONENTE, B. (2011). **Desenvolvimento em Marx e na Teoria Econômica: Por uma crítica negativa do Desenvolvimento Capitalista.** Tese de Doutorado em Economia. Universidade Federal Fluminense, 2011.

BORJA, B. **Para a Crítica da Economia do Desenvolvimento: a inserção de Celso Furtado na controvérsia internacional.** Congresso: Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática. Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2011.

CARCANHOLO, M. **La importancia de Dialéctica de la Dependencia para el actual rescate crítico de la Teoría Marxista de la Dependencia.** 2016. Disponível em: <http://www.academia.edu> Acessado em 3 de agosto de 2016.

CEPAL/ONU. **El proceso de industrialización en América Latina.** Nova York, 1965.

DOS SANTOS, Theotônio. **A estrutura da dependência.** São Paulo, Revista Sociedade Brasileira de Economia Política, nº 30, p. 5-18, [1970], 2011.

A teoria da dependência: balanço e perspectivas. Florianópolis: Editora Insular [1998], 2015.

FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

Formação Econômica da América Latina. Rio de Janeiro: Lia, 1970.

O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesarrollo y revolución en América Latina.** Tricontinental, Nº 7, La Habana, Cuba, 1968.

Subdesenvolvimento e revolução. 4. ed. Florianópolis: Insular, [1969], 2012.

La acumulación capitalista dependiente y la superexplotación del trabajo. Intervención en el Encuentro de Economistas Latinoamericanos e Italianos, Roma, septiembre, 1972.

Dialéctica de la dependência. Ediciones Era, México,

_____ **América Latina: un desarrollo equilibrado** – Publicado en El Universal, México, novembro de 1978.

_____ **El ciclo del capital en la economía dependiente.** Mercado y dependencia, Nueva Imagen, México, 1979.

_____ **Desenvolvimento e dependência.** Artigo publicado no Correio Brasiliense, 1992.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política.** Livro I: O processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1867] 2013. v1

OSORIO, Jaime. **Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica.** In: FERREIRA, C.; OSORIO, J. LUCE, M., ; (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência.** São Paulo: Boitempo, 2012.

_____ **Sistema mundial e formas de capitalismo. A teoria marxista da dependência revisitada.** UERJ, Revista Direito e Práxis, 2016.

PREBISCH, Raul. **El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas.** CEPAL, 1948.

_____ **Cinco etapas de mi pensamiento sobre el desarrollo.** Comércio Exterior. volume 37 n. 5. México, 1987 pp. 345-352.